

RESSIGNIFICANDO FORTALEZA: POLÍTICAS CULTURAIS DE FOMENTO A APRESENTAÇÕES CARNAVALESCAS

Danielle Maia Cruz¹

Resumo: O artigo discute como as políticas culturais municipais empreendidas pela Secretaria de Cultura de Fortaleza, entre os anos 2004 e 2010, operam na ressignificação de identidades culturais na cidade. As reflexões tomam como referência as políticas que fomentam um “ciclo de atividades na cidade”, como apresentações de blocos carnavalescos, no pré-Carnaval, e desfiles de maracatus, no Carnaval. Trata-se de apresentações que são viabilizadas por meio de editais públicos intitulados “editais das artes”. Para o poder público, tais as apresentações, mormente no Carnaval, promovem idéias sobre Fortaleza que a associam a uma cidade cultural, voltada às tradições, desconstruindo, nesse sentido, imagens que a relacionam somente às belezas naturais, como as de seu litoral.

Palavras-chave: políticas culturais, maracatus, blocos, identidades, Fortaleza.

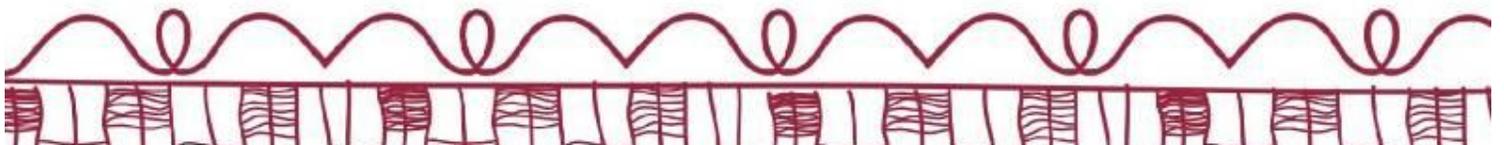
1. Introdução

A cidade de Fortaleza, Ceará, ganha outra dinâmica nos meses de janeiro e fevereiro, pois ocorre um “ciclo de atividades” promovido pela Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR)² em que espaços públicos da cidade são reordenados por desfiles de blocos de pré-Carnaval e apresentações de maracatus. Nesse período, pistas de rolamento, que cotidianamente são utilizadas como vias de acesso a distintos espaços da cidade e espaços que aguardam por projetos de requalificação do poder público são ressignificados por meio do colorido, do movimento e da sonoridade dos brincantes.

As apresentações dos maracatus acontecem, desde a década de 1990, na avenida Domingos Olímpio e contam com o apoio dos editais públicos municipais há três anos. Já os blocos de pré-Carnaval, há quatro anos são contemplados com os

¹ Doutoranda em Sociologia pelo programa da Universidade Federal do Ceará. dmaiacruz@yahoo.com.br

² A Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) é um órgão integrado ao município, responsável pelas ações que visem a “proteção da memória e do patrimônio histórico, artístico e cultural, além de viabilizar a promoção de programas que fomentem a formação, criação, produção e circulação das expressões culturais, o fortalecimento da economia da cultura e a requalificação dos espaços públicos e o pleno exercício da cidadania” (Disponível em: <<http://www.Luizianne13.com.br> / 16.08. 2008). A criação dessa pasta ocorreu no dia 4 de março de 2008 em razão da implementação da lei complementar n° 0054 de dezembro de 2007.



editais, mas os brincantes que dele participam desfilam, há muitas décadas, em distintos bairros da cidade, isto é tanto naqueles considerados nobres, como nos periféricos. A participação do poder público nessas apresentações representa um dado relevante na reflexão aqui encetada, pois a lógica composicional dessas manifestações, os significados atribuídos ao tempo do Carnaval pelos brincantes e os rearranjos simbólicos que se promovem na cidade estão intimamente relacionados às articulações entre cultura e política.

De acordo com os critérios formulados pela SECULTFOR e explicitados nos “editais das artes”, para que os grupos sejam contemplados com a premiação financeira é sugerido que atendam a alguns quesitos. Em relação aos maracatus, destaca-se a importância de que os grupos apresentem em sua composição alas com negros, índios, pretos-velhos, reis, rainhas e que as músicas sejam cadenciadas. Além do fato de que se solicita aos brincantes que tinjam a face de negrume em referência à tradição dos maracatus no estado do Ceará. Em relação aos blocos de pré-Carnaval, os critérios exigidos são a utilização de bandinhas de sopro e metal e bonecos gigantes, pois a finalidade dos desfiles, segundo a prefeitura, é promover um Carnaval que “dispense trios elétricos e opte pela tradição” (Cultura de Bolso, Janeiro de 2008).

Nesse período festivo, as fronteiras simbólicas da cidade se movem, pois, se no cotidiano as manifestações e os lugares onde ocorrem as apresentações tem pouca visibilidade, nessa temporalidade os olhares da mídia, do poder público e dos habitantes são lançados para essas novas tramas que se desenham em Fortaleza. Subjacente a esse “ciclo de atividades” promovido pela prefeitura, no pré-Carnaval e no Carnaval, está o interesse em redimensionar as identidades culturais em Fortaleza, em promover imagens relacionadas às manifestações culturais, de modo que se constitua uma cidade cultural, que não seja vinculada somente às belezas naturais, como as praias. Certamente, um dos aspectos importantes na configuração de uma cidade é a atuação das instituições públicas, particularmente as ações que emanam do governo local, pois os discursos expressos pelos governantes circulam pela cidade, de modo que são apropriados por seus habitantes e reelaborados na prática (Sahlins, 1990).

O presente artigo busca, portanto, compreender as políticas culturais municipais para o pré-Carnaval e Carnaval de Fortaleza, particularmente o processo de formulação e/ou *ressignificação* de identidades culturais na atual gestão municipal, tendo como referência teórica Sahlins (1990). A pesquisa que instiga as reflexões aqui apresentadas

toma como referência empírica as políticas culturais de fomento aos desfiles dos blocos e dos maracatus empreendidas pela Secretaria de Cultura de Fortaleza, durante a primeira gestão da atual prefeita, entre os anos de 2004 e 2008, bem como a gestão ora em curso em que ocorre uma continuidade administrativa com a reeleição da gestora. A questão que orienta a pesquisa é: de que modo as políticas municipais de cultura operam nas formulações identitárias culturais de Fortaleza, Brasil. Discute-se o modo como está sendo entendida e conceituada essa idéia de construção e/ou ressignificação de identidades culturais na cidade por aqueles que a governam.

2. Algumas questões em torno ao conceito de Política Cultural: pensando a cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil

Cada vez mais, nos últimos anos, as políticas culturais vêm sendo alvo de investimentos por parte de instituições públicas e privadas, bem como objeto de estudo de pesquisadores de distintas áreas. Mas o que seria uma política cultural? Esta é a pergunta que se fazem diversos intelectuais quando buscam pensar esse assunto. Muitas são as divergências na conceitualização desta categoria. Ao refletir acerca deste desafio conceitual, Barbalho (2008) utiliza como ponto de partida as definições adotadas pelo *Dicionário crítico de política cultural* organizado por Coelho (1997, p. 203) – esforço único feito no Brasil de elaboração de um amplo quadro conceitual na área. Segundo o verbete do dicionário, a política cultural pode ser entendida como:

[...] um programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como um conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável (Coelho, 1997, p. 203).

A crítica que Barbalho faz a esse conceito, na forma proposta, se fundamenta na argumentação de que tal definição estaria muito próxima do conceito de gestão cultural, que seria, segundo o sociólogo, um conjunto de técnicas, de instrumentos – oriundo dos saberes administrativos, gerenciais – aplicado ao setor da cultura. Para Barbalho (2007, p. 39), o sentido dado à política cultural não pode se limitar a uma simples tarefa

administrativa, já que ele implica em um “[...] conjunto de idéias, lutas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos”. Assim sendo, para o autor a política cultural é o pensamento da estratégia, e a gestão é o cuidado na sua execução (Barbalho, 2008, p.21). Nesse caminho argumentativo, Barbalho formula seu entendimento, reiterando o pensamento de Certeau (1995, p.193) segundo o qual a política cultural trabalha com o “campo de possibilidades estratégicas”; ela especifica objetivos “mediante a análise de situações”.

Barbalho (2007) parte do entendimento de que as políticas culturais fluem em um campo cultural no qual atuam diferentes atores ou agentes que podem ser indivíduos - como artistas e produtores culturais – ou, ainda, instituições, tais como museus, centros de cultura, secretarias, dentre outras. Bourdieu (1989, p.159) aponta a política como “[...] o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos”. E o campo político, por sua vez, é o lugar em que se gestam, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos. Daí, portanto, o papel do simbólico como um dos principais poderes do Estado. Refiro-me ao poder não apenas de produzir, mas, sobretudo, de impor categorias de pensamento que os indivíduos incorporam e reproduzem nas relações sociais.

No Brasil, o primeiro momento de intervenção sistemática do Estado na cultura ocorreu no Estado Novo. Getúlio Vargas tinha como objetivo construir o sentimento de “brasilidade”, aglutinando, desse modo, a diversidade em torno de símbolos comuns. Surgem então políticas de Estado que orientam as ações do governo na área cultural com a finalidade de valorizar a nacionalidade. Ocorrem, por exemplo, a elevação de práticas culturais dos negros como símbolos da nacionalidade, conforme pontuou Souza (1996). Outro período marcante de intervenção na cultura se deu no período da ditadura, instaurado em 1964 em que o Estado voltou de forma significativa suas preocupações para o setor da cultura, investindo elevados recursos com a finalidade, dentre outras coisas, de diluir as diferenças regionais, construir uma imagem positiva da nação e reunir os brasileiros em torno de símbolos comuns. Foi nesse momento que se promoveram a promoção de encontros nacionais de cultura – nos quais participaram representantes culturais de todo o país – e, também, surgiram as primeiras secretarias de cultura do país, sendo a Secretaria de Cultura do Ceará (SECULT) a pioneira em âmbito nacional. Segundo Barbalho (2007), as secretarias atuavam como instrumentos de

proliferação das ideias do Estado.

Com a redemocratização do país, após 1984, muitos foram os conflitos, ao longo das décadas seguintes, acerca da constituição e prática de políticas culturais. Pensando no estado do Ceará, destaco aqui o interesse em entender o modo como está sendo proposta uma *ressignificação* de identidades culturais, em Fortaleza, por aqueles que a governam. Para compreender o contexto que fundamentou as ações político culturais, a presente análise requer, mesmo que em linhas gerais, uma discussão sobre as transformações ocorridas na cena política cearense a partir de 1978, pois naquele momento um grupo de jovens empresários assumiu a direção do Centro Industrial Cearense (CIC) e, nos anos posteriores, adquiriram visibilidade mediante a organização de um projeto político em âmbito estadual.

A atuação desse grupo deixou marcas expressivas no estado, contribuindo para a consolidação de Fortaleza como uma metrópole dita moderna. Intitulado como “governo das mudanças”, ele foi liderado, respectivamente, por Tasso Jereissati (1987-1991), por Ciro Gomes (1991-1993) e, novamente, por Tasso Jereissati (1995-1998 e 1999-2002). Dentre outras coisas, essas lideranças priorizaram ações de investimento industrial que colocassem o Ceará na rota dos negócios internacionais e configurasse uma imagem positiva para a cidade de Fortaleza (Gondim, 2007). Foi por intermédio das ações empreendidas pelo “governo das mudanças” que o Ceará passou a ser oferecido como um produto para turistas, cuja atratividade maior era o litoral. O então secretário de cultura entendia que uma política cultural para o Nordeste deveria contemplar desde “os vestígios da cultura popular até a implantação de uma indústria cultural capaz de competir com máquinas de fora” (Barbalho, 2008, p.85).

O início dos anos 90 demarca no plano municipal e também estadual uma série de intervenções no espaço público para fins turísticos. Segundo dados de Bezerra (2009), foram abertas e alargadas vias urbanas, reformados o Mercado São Sebastião e a Praça do Ferreira, bem como surgiram bares na famosa Praia de Iracema, como o bar do Pirata que vendia shows de forró. Tais ações provocaram transformações no uso e apropriação desses espaços e também na imagem da cidade como lugar de lazer e turismo. Fortaleza passa a ser identificada como a “Miami do Nordeste” ou “Caribe brasileiro”, conforme dados a seguir:

[...] Fortaleza, a capital do Ceará, está na moda (...) “A Miami do Nordeste”, como definiu recentemente o jornal O Globo, Fortaleza é também considerada o “Caribe Brasileiro” por Walter Negrão, autor da novela “Tropicaliente” [produzida em

Fortaleza e veiculada pela Rede Globo em 1994] (O Povo, 6 mar. 1994).

O que se percebe é que, em Fortaleza, os discursos propalados pela atual gestão em constituir identidades culturais que fujam do binômio praia/forró remete a uma contraposição ao “governo das mudanças”. Tal fato pode ser percebido, por meio do acompanhamento das reportagens de jornais impressos e televisivos, ao longo do mandato, entre os anos 2004 e 2008, da atual prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins³, e de forma mais explícita no momento de eleições, como ocorrido em outubro de 2008, em que a prefeita concorreu com êxito, à reeleição. Uma característica marcante do *marketing* político da atual gestão municipal é apresentá-la como inovadora. O *marketing* político de Luizianne Lins indica que sua gestão, ao contrário das anteriores, voltou suas atenções ao sistema cultural – (produção, circulação e consumo de bens culturais). Nesse contexto, a Secretaria de cultura de Fortaleza tem um papel importante dentro da gestão, sendo a implementação dos “Editais das Artes” a política cultural a que é dada maior visibilidade.

De acordo com o Diário Oficial do Município (17.03.2007), os “Editais das Artes” são ações que possibilitam à população a realização de projetos (teatro, música, dança, audiovisual, literatura, festas populares etc) elaborados pela gestão municipal e viabilizados por meio de uma política cultural municipal que ocorre em consonância com a política nacional de cultura, com a Lei Orgânica do município e, em parceria com outros órgãos gestores da área social do município. De acordo com os funcionários da SECULTFOR, e também com o material impresso referente ao atual programa político da prefeita⁴, os eventos possibilitados por meio desses editais são, dentre outros, meios de “afirmar a identidade cultural fortalezense”. Dentre algumas atividades promovidas por esses editais com a finalidade de ressignificar a identidade cultural de Fortaleza está o “ciclo de atividades” que ocorre no tempo do Carnaval: desfiles dos blocos carnavalescos e de maracatus.

O programa político oficial da atual prefeita assevera que a SECULTFOR responde pela implementação de programas de estímulo às “manifestações da cultura tradicional” e que, dentre outras coisas, o órgão deve “afirmar e reconhecer a diversidade cultural existente

³ Luizianne Lins, atual prefeita de Fortaleza, é bacharel em Comunicação Social e professora licenciada do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. No ano de 1996 foi eleita vereadora de Fortaleza e no ano 2000 reeleita. Em 2004, venceu as eleições para a prefeitura de Fortaleza tendo sido reeleita no último pleito municipal.

⁴ Programa oficial de Governo de Luizianne Lins, julho de 2008. Disponível em: <http://www.Luizianne13.com.br> > Acesso em: 23 de julho de 2008, p.1

na cidade”. Durante todo o ano, a SECULTFOR promove eventos em espaços da cidade que contam com a participação de bandas de sopro e metal, maracatus, reisados e cordões. Há, também, a realização de festivais de quadrilha, apresentações de blocos carnavalescos, no período que antecede o Carnaval, além dos desfiles, em caráter competitivo, dos maracatus na avenida Domingos Olímpio. Segundo a presidente da SECULTFOR, essas ações integram um “ciclo de atividades culturais em Fortaleza”, cuja finalidade é “recuperar o espaço público” e estimular um “Carnaval que dispense trios elétricos e opte pela tradição.” (Cultura de bolso, janeiro de 2008). Percebe-se com tais ações que o programa político busca enfatizar o aspecto da tradição, sendo este ressaltado por meio dos critérios quanto à lógica de composição dos desfiles, tais como a solicitação de determinados instrumentos, vestimentas e personagens que devem compor as alas dos maracatus e dos blocos de pré-Carnaval.

Apesar de Luizianne Lins enfatizar o ineditismo de seu governo em relação às políticas culturais municipais e, nesse sentido, conferir legitimidade às “manifestações populares”, mostrando que as identidades culturais em Fortaleza estão sendo marcadas pela idéia de tradição, verifica-se, em leituras de jornais locais, que o atual programa político está em consonância com algumas ações já empreendidas por governos anteriores tanto do ponto de vista municipal como Estadual. De uma forma ou de outra, há algum tempo as secretarias de cultura de Fortaleza e do Ceará se voltam para a formulação de projetos que, no entendimento do poder público, se relaciona com as tradições do povo cearense, com aquilo que expressa a cearensidade.

Sobre esse projeto de “resgate das raízes”, de “valorização da identidade cultural cearense”, é possível que se diga que em alguns governos, os símbolos identitários estiveram mais centrados no progresso, no desenvolvimento da indústria, na busca da modernidade, bem como na ênfase às suas belezas naturais, como as praias. Assim como, em outras gestões as formulações identitárias se voltaram com mais ênfase para as tradições, para as políticas de preservação patrimonial e ainda para as festas populares. O fato é que a identidade cultural de Fortaleza e, nesse sentido, do Ceará, é afirmada, por distintos agentes, governos e brincantes, para exprimir pertencimento. A tensão que permeia essas configurações simbólicas é a articulação entre tradição e modernidade, passado e presente. Assim, mesmo aqueles governos que se voltaram, mais enfaticamente, para a constituição de uma identidade enfatizada pelos signos da modernidade, do progresso e dos negócios empresariais, resistiram em romper por definitivo com a questão da tradição, isto é, com os discursos que se reportam, no entendimento deles, à essência do povo cearense, às suas “raízes”.

Ocorre que os diferentes governos, em Fortaleza e no Ceará, vêm buscando por meio de suas ações atualizar determinados símbolos e discursos que, por vezes, tipificam sua população como guerreira, criativa, privilegiada pela natureza exuberante e pela cultura heterogênea. Ao observar em leituras de jornais locais, entre os anos 1997 e 2004, o modo como o Pré-Carnaval e o Carnaval da cidade eram operados, assim como para quais ações as pastas de cultura municipal e estadual ofereciam a atenção percebi que, nesse período festivo, o poder público oferecia suporte como apoio logístico de iluminação e organização do trânsito. Outro aspecto a destacar é que em muitas matérias jornalísticas destacava que Fortaleza não tinha a tradição do Carnaval e que a folia ocorria no litoral do Ceará, ficando na cidade somente aqueles que desejavam o descanso. Tais considerações sobre o Carnaval da cidade começam a ganhar outra roupagem entre os anos de 2005 e 2010, sobretudo com a implementação dos “editais das artes”. Durante o mandato de Luizianne Lins, e de forma mais explícita no atual momento de eleições, quando a prefeita concorre a reeleição - uma característica marcante do seu *marketing* político é apresentar a gestão municipal como inovadora. Na área da cultura, por exemplo, na qual reside o interesse desta pesquisa, a propaganda oficial diz que:

[...] nunca havia sido feito nada parecido como o que aconteceu nesses 4 anos. A implantação de editais foram grandes avanços na política” [...] Na administração de Luizianne Lins, houve significativo aumento no orçamento para a cultura. Fortaleza foi a primeira capital brasileira a destinar mais de 1% do bolo orçamentário exclusivamente para essa função. Os editais inauguraram uma nova forma de relação entre o poder público e os agentes da cidade. (Disponível em: <<http://www.Luizianne13.com.br> / 23.07. 2008, p.01).

Os editais provocaram alguns impactos na cidade, cabendo destacar desde o crescimento do fluxo de turistas que são atraídos para Fortaleza em razão do “ciclo de atividades” promovido pela prefeitura, como também o crescente surgimento de blocos e maracatus na cidade, sobretudo em áreas periféricas. Conforme dito anteriormente é sugerida às agremiações a presença de determinados elementos em suas composições. Entretanto, é preciso que se diga que muitos dos elementos propostos pelos editais já se faziam presentes nos blocos de pré-Carnaval e nos maracatus. Conforme pude verificar nos jornais, a grande questão que norteava as agremiações era promover um carnaval de rua em Fortaleza. Em relação aos blocos, os discursos recorrentes entre os brincantes era “resgatar os velhos carnavais”, para tanto eram valorizadas as marchinhas de Carnaval. Nos maracatus, elementos como negrume na face dos brincantes, músicas

cadenciadas e alas de índios, negros e baianas também já se faziam presentes antes dos editais. O que ocorre com o surgimento dos editais é a busca de controle por parte da prefeitura, para tanto põe fiscais acompanhando os blocos e júris avaliando os maracatus. No caso dos blocos, não há competição, porém o descumprimento de regras explícitas no edital provoca uma imediata penalização pelos fiscais com o apoio da polícia civil. De acordo com relatos da polícia, a sua presença se dá para inibir desordens como a utilização de sons mecânicos em alta potência, assim como conflitos ocasionados pelo uso excessivo de bebidas alcoólicas.

As regras do edital não são impostas de forma arbitrária, pois se busca promover um diálogo com os brincantes, o que não indica a plena satisfação das agremiações com os editais municipais. Mesmo que existam dissonâncias, os brincantes contemplados buscam seguir as propostas, pois o descumprimento do regulamento implica a desclassificação da competição no caso dos maracatus e uma provável não contemplação financeira, no ano seguinte, no caso dos blocos de pré-Carnaval. Assim sendo, o interesse que se coloca é apreender de que modo tais políticas culturais colaboram na propalação de idéias que relacionam Fortaleza a uma cidade cultural e, nesse sentido, ressignifiquem as identidades culturais da cidade.

Em relação aos maracatus, por exemplo, se se observa os critérios sugeridos pelos editais e apropriados pelos brincantes dos maracatus, por exemplo, percebem-se vestimentas com cores verde e amarela, com estampas de frutas tropicais, assim como personagens que em conjunto evocam as três raças que marcam uma construção específica sobre a nacionalidade brasileira: a da convivência pacífica pela miscigenação. Os símbolos da jangada, da índia Iracema, das frutas tropicais, das danças que rememoram práticas de matriz africana e indígena são meios para os brincantes falarem daquilo que entendem como tradição, daquilo que expressa o que é ser fortalezense, cearense, nordestino e brasileiro.

Outro aspecto interessante que o desfile dos maracatus pode revelar refere-se à participação da prefeita no evento. As palavras enfáticas quanto à necessidade de valorização dos maracatus podem ser entendidas como forma de acentuar a legitimidade dada às manifestações culturais e, mais precisamente, um meio de sublinhar que seu governo se contrapõe aos outros que valorizavam excessivamente as praias e, neste sentido, preenchem a identidade cultural de Fortaleza somente com belezas naturais. A presença da prefeita acentua o momento de mudança que ela deseja imprimir como

marca de sua gestão, a partir da qual se alterou o significado dos maracatus na configuração cultural. Dentre outras possibilidades, o desfile dos maracatus expressa os embates de busca de afirmação de identidade entre seus distintos agentes.

No âmbito dos blocos, conforme explicita a prefeitura, a busca é por uma festividade que se apóie na tradição. Assim, ao que tudo indica, a identidade cultural é apresentada para os locais e para turistas, no sentido que é dado por Hobsbawm e Ranger (1997), isto é, como uma *invenção da tradição*. Segundo os autores, a tradição inventada é entendida como um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica que visam inculcar certos valores e regras de comportamento por meio da repetição: uma continuidade em relação ao passado e um passado histórico apropriado. A relação artificial com o passado contrasta com as mudanças emergentes no mundo moderno, pois buscam estruturar de maneira fixa alguns aspectos da vida social. Trata-se de ações políticas que buscam inventariar os traços distintos de um povo e que são apropriadas e reelaboradas pelos habitantes, porquanto os indivíduos dão novos sentidos às suas ações dependendo do contexto, que é situado historicamente, o que pode mudar a relação de posição entre as categorias culturais simbólicas (Sahlins, 1990).

Enfim, por meio de tais manifestações, particularmente no período carnavalesco, o que se busca apresentar ao público é um evento que conta com a participação do poder público, pois este valoriza as manifestações feitas pelo “povo” e entende-as legitimamente como parte significativa da identidade cultural do fortalezense, isto é, uma gestão que atribui um lugar que deve ser compreendido pelo público como algo que deve ser levado para o futuro, como memória. Este é um momento importante porque se trata de um período carnavalesco, quando a cidade é ocupada por locais e turistas. Além disso, o evento é televisionado, o que permite construir representações daquilo que se expressa como uma experiência de identidade na cidade de Fortaleza, Ceará.

5. Referências Bibliográficas

BARBALHO, A. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, A. A. C; BARBALHO, A (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Ed. EDUFBA, 2007. Coleção Cult.

_____. *Textos nômades: política, cultura e mídia*. Fortaleza: Ed. Banco do Nordeste, 2008.

BEZERRA, Roselane. O bairro Praia de Iracema entre o “Adeus” e a “Boemia”: usos e abusos num espaço urbano. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. (tradução de Le Pouvoir symbolique). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

CABRAL, Germana. Fortaleza cresce e aparece. *O Povo*, Fortaleza, 6 de março de 1994.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. (tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro). São Paulo: Ed. Edusp, 2000.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. (tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênesse Andrade). São Paulo: Ed. Edusp, 2006.

CARNEIRO DA CUNHA, M. *Negros estrangeiros*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

CERTEAU, P. (Org). *A cultura no plural*. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1995.

COELHO, T. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Ed. Iluminuras, 1997.

CRUZ, M. D. *Sentidos e significados da negritude no maracatu Nação Iracema*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, 2008.

DAMATTA, R da. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

FELDMAN-BIANCO, B; GRAÇA, C (Orgs). *Identidades: estudos de cultura e poder*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.

GONDIM, L.M. de P. *O Dragão do mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: ed. Annablume, 2007.

HALL, S. *Identidade cultural e diáspora*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, nº 24, p. 68-74, 1996.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T.T da (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Ed.Vozes, 2000.

HOBSBAWM, E & RANGER, T (Orgs.). *A invenção das tradições*. (tradução de Celina Cardim Cavalcante). Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2002.

PALMEIRA, M. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, M (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

Prefeitura Municipal de Fortaleza. *Diário Oficial do Município* do dia 17 de março de 2007.

SAHLINS, M. *Ilhas de história*. (tradução de Bárbara Sette). Rio de Janeiro: Ed. Zahar Editores, 1990.

SOUZA, Letícia Vidal Reis. Negro em Terra de Branco e a reivenção da identidade. In: Reis & Schwarcz (org). *Negras Imagens*. São Paulo: Edusp/ Estação Ciência, 1996.

Jornais e fontes de Internet:

cultura de bolso, janeiro de 2008. Guia com a programação cultural da Prefeitura de Fortaleza/5

Jornal *Diário oficial do Município* (17.03.2007)

www. Luizianne13. com. br / 23.07. 2008. Site Oficial do atual Programa de Governo de Luizianne Lins.

